A REDE SOCIAL COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO URBANO SAUDÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE CONCHAL – SÃO PAULO[1]

Social Network as a Tool of Healthy Urban Development: The Experience of Conchal - São Paulo

SPERANDIO, Ana Maria Girotti

Assessora Acadêmica da Faculdade Jaguariúna (FAJ), Professora Colaboradora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Campinas (UNICAMP) e Pesquisadora do Laboratório de Investigações Urbana da UNICAMP

GUARNIERI, Jussara Conceição

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo

Este trabalho faz uma análise da inserção de Conchal, um município paulista, na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS). A RMPS é um exemplo de movimento de organização coletiva intra e inter-espaciais baseando-se nas premissas da Carta de Ottawa (Ottawa, 1986) exercitando a "Promoção da Saúde" com enfoque no empoderamento e na governança a partir da participação social e da intersetorialidade firmando como uma importante diretriz da Política Nacional da Promoção da Saúde no Brasil. É com base nessas possibilidades, que a RMPS se apresenta e insere neste município para a construção de Políticas Públicas Saudáveis, a participação social, a intersetorialidade e na transformação do Urbano Saudável.

Palavras-chaves: Rede. Intersetorialidade. Participação Social.

[1] Trabalho apresentado no *4e Colloque international des programmes locaux et régionaux de santé, junho 2011, Ottawa. PLRS: 2011 Les artisans du changement. Otawa, 2011,* com o título Development of the Potentialy Healthy Municipalities Network in Conchal, SP, Brazil.

Abstract

This paper analyzes the inclusion of Conchal, a city located in the Potentially Healthy Municipalities Network (RMPS). The RMPS is an example of collective organization of movement intra and inter space based in the premises of Ottawa's Charter (Ottawa, 1986) exercising the "Health Promotion" with the focus on empowerment and governance from the social participation and intersectoral established as an important guideline of the National Policy of Health Promotion in Brazil. It is based on these possibilities, that the RMPS presents itself and inserts in this municipality for the construction of Healthy Public Policy, social participation, intersectoral and processing of the Healthy Urban.

Keywords: Network, Intersectoral, Social Participation.

Introdução

Sperandio (2006) descreve a comunicação interpessoal como uma mola propulsora para a consolidação dos "nós" que formarão as redes sociais. Machin (2008) também refere a importância ao delinear a comunicação, de boa qualidade, como o instrumento indispensável para a formação de uma rede.

A definição sugerida por Watts (2004) diz que as redes sociais são dispositivas que se formam mediante vínculos de amizade e a proximidade com outros atores que passam a caracterizar a vida coletiva.

Ao se falar em rede, logo se remete à ideia de comunicação como explicita Lipnack & Stamps (1992) "a rede de transportes, rede de ensino público, rede de abastecimento, rede elétrica, rede de televisão" (p.18). Isso implica que o termo *rede* é utilizado para inúmeros fins.

Rits (2008) traduz o conceito de rede ao elencar significados consolidados ao longo do tempo e assim, os emprega em diferentes situações. Contudo, para se discutir redes é ter como foco as políticas públicas saudáveis:

> *As redes formais são grupos inter-relacionados de instituições ou organizações com um desenho específico com visões comuns, objetivos expostos claramente com conjunto de regulamentos e atividades; procuram obter mudanças no contexto em que se desenvolvem; contribuem para uma maior coordenação e ação conjunta; relações menos hierárquicas, os membros se mantêm autônomos e são usuários dos serviços oferecidos pela rede; contam com elevado nível de descentralização; e uma rede pode ter personalidade jurídica ou ser criada por lei ministerial (OPAS, 2008, p.23).*

Na prática do trabalho em rede evidencia-se o exercício do empoderamento. Tal mecanismo potencializa as ações dos envolvidos no que tange a recepção das informações, a produção, a partilha e as interpretações das mesmas para que haja a construção de conhecimento.

Castells (2000) defende as redes como sendo estruturas altamente capacitadas em se dilatarem de forma abrangente e ilimitada, além é claro, com forte conotação integradora, dinâmica e sustentável.

Metaforicamente, gerir em rede é o mesmo que olhar para um organismo vivo e compreender na sua completude a partir da interligação entre os seus sistemas viscerais. Deve existir um equilíbrio, o poder é coletivo, ninguém é mais importante que o outro.

Sendo assim, a rede é seguramente um dispositivo promotor que segundo Albornoz e Alfarraz (2006) contribuem para a interlocução de experiências, informações e conhecimentos com a finalidade de assumir o papel de facilitadora nas construções de políticas públicas saudáveis, independente do âmbito, nacional ou internacional, com intuito e comprometimento com a sustentabilidade.

Adulis (2005) ainda acrescenta que a Rede possibilita a emersão de ações e iniciativas de cunho dos próprios integrantes a partir da consolidação da comunicação, uma vez que esse processo confere atravessamentos de divergências e convergências, os quais estimulam a construção coletiva. Ainda

segundo o autor, a organização coletiva parte do princípio dos interesses pessoais que vai se transformando em interesses coletivos.

Entende-se como rede social, estruturas flexíveis e multiconexas no qual as relações são horizontais e a forma de trabalho, colaborativo e participativo. Normalmente as redes se equilibram no interior delas por meio da interação e agregação das pessoas, dos projetos, das coisas, em busca de pontos comuns, mas respeitando as especificidades e depende da vontade e afinidade de seus integrantes (SPERANDIO, 2010).

Refletindo a partir das definições acima descritas é considerado que a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS) é um exemplo deste movimento de organização coletiva intra e inter-espaciais baseada na promoção da saúde para o desenvolvimento do saudável enfocando no empoderamento e a governança a partir da participação social e da intersetorialidade. Compreendendo governança como um processo de tomada de decisões e o processo pela qual as decisões são implantadas ou implementadas segundo Barten (2011). A governança tem se preocupado com a distribuição, o exercício e as conseqüências do poder; o poder social e coletivo para gerar uma boa governança deve ser balizado por elementos como a participação social, a intersetorialiade, a formação de parcerias, empoderamento e movimentos de redes.

A promoção da saúde é um campo de trabalho que permite desenvolvimento de estratégias de melhoria da qualidade de vida pautada prioritariamente nas necessidades básicas e no lazer (OPAS, 1986).

A promoção da saúde se propõe a fazer a interlocução com e entre os demais setores (haja vista que promover saúde não é somente domínio da saúde) é, pois, uma importante ferramenta para a conquista de “um estado de completo bem-estar físico, mental e social” e modificar favoravelmente o meio ambiente.

Mendes et al (2006) descrevem a promoção da saúde como fundamentada pela intersetorialidade e participação social, dois elos imprescindíveis para a construção de agendas sociais com abertura para

possibilidades de diálogos e formação de redes sociais articuladas para o gerenciamento da qualidade de vida.

O foco desta discussão se fundamenta na potencialidade dos municípios a partir de sua própria constituição de rede. Ela é referenciada pelo urbanismo mediante ao Planejamento Urbano segundo a Lei nº 10.257-01 (BRASIL, 2001) que explicita o Estatuto das Cidades (EC) de modo a referenciar as funções sociais da cidade com objetivo de garantir o bem-estar das pessoas através do Plano Diretor que expressa a excelência deste instrumento quando realmente utilizado como eixo organizativo.

Essa lei vem regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e, estabelece a Política do Planejamento Urbano pelo município através da ordenação e do desenvolvimento da cidade, por meio de normas e regulamentações do uso da propriedade urbana em prol do bem-estar dos munícipes com a finalidade de garantir o direito a todos à moradia, aos serviços públicos, a infra-estrutura urbana, o saneamento básico, a saúde, acessibilidade e mobilidade urbana e ao lazer sem discriminação de classe racial, social e econômica. (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

Neste cenário evidenciam-se a importância das redes sociais capazes de discutirem e fomentarem tecnologias para a potencialização de habilidades dos indivíduos para agenciarem mudanças sociais através de transformações de atitudes respaldadas por princípios e valores internalizados, que refletem tanto dentro quanto fora do domínio *saúde* visando facilitar e aproximar as diferenças e construir o saudável por meio da intersetorialidade e participação social.

Aproximar as premissas de uma cidade saudável tanto do ponto de vista da saúde como do urbanismo é um desafio que deve ser assumida coletivamente e integradamente. Esse artigo tem como objetivo descrever o movimento da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS) em Conchal/SP a partir de 2010 no sentido do urbano saudável.

Metodologia

As metodologias utilizadas no presente artigo foram revisão de literatura, a analise dos documentos oficiais locais, do registro das atas, além da revisão de materiais fotográficos seriados durante o processo de implantação da RMPS e dos relatos informais e formais da população.

Historia da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS)

Baseada nos princípios da promoção da saúde (intersetorialidade, participação social, políticas públicas saudáveis, empoderamento e autonomia) a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS) foi criada em 2003 com, atualmente adesão de sessenta e três municípios integrantes distribuídos entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas, Paraná e Espírito Santo com o objetivo da construção de políticas públicas saudáveis através do envolvimento social.

O objetivo da RMPS é instrumentalizar a administração municipal através da viabilização, ampliação e monitoramento de projetos e estratégias da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) para cidades saudáveis. (SPERANDIO, 2006).

Conchal, município do Estado de São Paulo, ingressou na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS) em maio de 2010 com compromisso assumido e, desde então, o município vem exercitando a Intersetorialidade a partir da elaboração das políticas públicas saudáveis ao estimular a participação social.

O município como demonstra os dados do IBGE (2010) apresenta extensão territorial equivalente a 212 quilômetros quadrados, sendo que 206,9 quilômetros quadrados correspondem à área rural denotando uma das mais importantes características da cidade que é o perfil agropecuário, voltado para culturas de laranja e cana de açúcar. Com uma população de 25.229

habitantes, Conchal apresenta mais de noventa e cinco por cento de cobertura de saneamento básico e cem por cento de eletricidade.

Resultados

Após dois anos de pactuação de sua inserção à RMPS concomitante a responsabilização perante a formulação de políticas públicas saudáveis via articulação intersetorial, a questão do planejamento urbano saudável, o processo de trabalho em rede tem sido orientado sistematicamente em Conchal – SP. O movimento em rede como ferramenta para auxiliar a busca de respostas para as seguintes questões: O que queremos? O que temos? O que queremos fazer? E que queremos mudar? Por meio destes questionamentos iniciais o mapeamento dos desejos da comunidade e da equipe do governo local é utilizado a fim de priorizar a vontade coletiva para a tomada de decisão (SPERANDIO 2010; 2011).

A partir da analise dos documentos e projetos elaborados a partir da adesão de Conchal à RMPS, utilizados como fonte de pesquisa deste artigo pode-se observar uma transformação dos enfoques e atitudes da equipe do governo local bem como o envolvimento da comunidade local.

Em relação aos enfoques dos projetos a maioria voltara-se para a preocupação do conquistar espaços e pessoas mais saudáveis; isso foi observado a partir do formato de documentos elaborados para editais e oficiais como a Lei Municipal sobre políticas públicas saudáveis.

A atitude da equipe de governo (secretários e técnicos) mais agregadora, integradora e intersetorial, apresentando como estímulo a participação do Prefeito do Município em diferentes reuniões e eventos da RMPS local, concluiu-se isto a partir da análise documental, como atas e documentos oficiais e registros fotográficos realizados a partir do movimento em rede.

A comunidade local, em diferentes projetos, tem se mostrado presente e modificadora de opinião, como é o caso da horta comunitária que foi

implantada juntamente e a partir das necessidades e quereres da comunidade. Este projeto integra: a geração de renda (os envolvidos vendem para a vizinhança os produtos produzidos por eles na horta); o alimento saudável (as hortaliças são tratadas com produtos naturais não nocivos à saúde) e a atividade física indireta (os idosos e outras pessoas de diferentes idades cuidam pessoalmente dos seus canteiros, requerendo um esforço físico para a atividade).

Desde a adesão do município à Rede, foi à formulação de um projeto de lei elaborado pelo comitê de avaliação e acompanhamento das ações da RMPS que foi promulgada em 24 de Setembro de 2010 que "*institui o programa de políticas públicas saudáveis no município de conchal".*

A organização de uma horta comunitária piloto em um bairro de baixa renda do município foi outra estratégia que teve como foco a mudança de hábitos alimentares saudáveis e geração de renda, através da mobilização dos técnicos e da comunidade para a melhoria do espaço público é relatada em fotos, nos documentos oficiais e em atas. Esta horta comunitária, que foi instalada num terreno municipal vinculada a Unidade de Saúde da família do Jardim Planalto transformou o espaço urbano em saudável. Um terreno, na área urbana, com varias moradias no seu entorno, que estava sendo utilizado como depósito de lixo, de animais mortos, ponto de drogas, atualmente, 2012, se encontra limpo, cultivado e mantido pela população moradora com hortaliças, árvores frutíferas e plantas medicinais (fig. 1)



Figura 1 - Desenvolvimento da horta comunitária em rede e ocupação do espaço urbano na perspectiva do saudável em Conchal, 2012.

Nesse sentido, a articulação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como, a iniciativa privada e organizações civis vêm assumindo a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Rede.

Como se trata de uma ação que contempla a intersetorialidade, a ação integrada entre os departamentos municipais foi imprescindível. Os departamentos de Educação, Obras, Planejamento, Recursos Humanos, Finanças, Promoção Social, Segurança Pública, Vigilâncias, Comunicação, Meio Ambiente e Jurídico passaram a se organizar através de reuniões mensais baseados nas orientações da RMPS. A primeira ação desenvolvida que agregou diferentes setores e colocou como fundamental ter como “pano de fundo” os desejos da comunidade. Para tanto mapeou-se os projetos desenvolvidos no Município a fim de visualizar de maneira horizontalizada quais e quantos projetos estão em desenvolvimento e pontuar os departamentos diretamente envolvidos, a origem da verba (federal, estadual e/ou municipal) o valor disponibilizado, a existência de parcerias, o objetivo de cada um dos projetos, a duração e o monitoramento dos mesmos.

Desse modo, foi institucionalizado um comitê local da RMPS para discussões e reflexões das ações e estratégias para consolidação da rede mobilizando dos segmentos sociais colaboradores para a construção da rede local e estimulando o desenvolvimento de ações de cooperação intermunicipal com enfoque no desenvolvimento urbano saudável. Este comitê passou a ter objetivos comuns mais claros e potencializou os setores e a administração publica de Conchal.

A formação deste Comitê, foi organizada para o desenvolvimento e elaboração de projetos articulados e integrados: projeto de Promoção da Saúde através de práticas corporais e atividades físicas nas Unidades de Saúde da Família, Projeto de Promoção da Saúde com foco na redução do uso de álcool e drogas e fomentação do desenvolvimento sustentável, Ambientes 100% livre do tabaco nos espaços públicos municipais, mapeamento dos diferentes projetos, fortalecimento da participação das pessoas na construção de políticas públicas saudáveis, cooperação intersetorial. Isso representa fortes implicações no comprometimento dos representantes, uma vez que estão sendo orientados pela lei.

 ISSN 1679-8902

Outros resultados podem ser listados e citados, como por exemplo, o maior acesso às informações a comunidade local para cursos e financiamentos federais que o Município recebeu após a adesão a RMPS.

A partir dos resultados o Município passou a desenvolver ações com a participação social, o movimento intersetorial e a construção de políticas públicas saudáveis voltadas para o planejamento urbano saudável, como é o caso da implantação das academias para a terceira idade, pista de corridas e as hortas comunitárias.

Considerações finais

O município de Conchal – São Paulo, desde a sua inserção à RMPS, tem se destacado no que tange à Promoção da Saúde e a construção do urbanismo saudável, primeiro por dispor de mecanismos que vêm favorecendo a participação social, ou seja, o envolvimento da comunidade local com seu próprio espaço e com sua própria concepção de saúde.

Isso permite verificar o início da mudança de mentalidade no processo de se pensar e de fazer saúde interagindo com o desenvolvimento urbano. E fazer saúde significa trabalhar coletivamente e de forma intersetorial as questões que envolvem a promoção da saúde.

A prática da RMPS em diferentes regiões do Brasil tem possibilitado a aproximação da saúde com o urbanismo considerando a perspectiva da participação social, intersetorialidade e governança facilitando a implantação e implementação das políticas públicas urbanas saudáveis.

Assim é considerado com uma das ferramentas importantes para o desenvolvimento Um dos aspectos importantes para o desenvolvimento urbano saudável é estabelecer como uma das estratégias o movimento em rede intra-municipal conectando com a comunidade, a universidade e a gestão pública local.

Referências bibliográficas

ADULIS, D. **O desafio das redes**. Acesso em: Disponível em: <http://www.redecidada.org.br> Acesso em: 05 out. 2010.

AKERMAN, M. et al. A avaliação em promoção da saúde: foco no município saudável. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo. V.36, n.5, p.638-646, 2002.

ALBORNOZ, M.; ALFARRAZ, C. **Rede de conocimiento**: construcción, dinâmica y gestión. Buenos Aires: RICYT, 2006.

BARTEN F *et al*., 2011. Rights, Knowledge, and Governance for Improved Health Equity in Urban Settings. **Journal of Urban Health**: Bulletin of the New York Academy of Medicine, Vol. 88, No. 5.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 4ª ed. Brasília: Instituto Polis. Senado Federal, 2005.

CASTELLS, M. A **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DECLARAÇÃO DE OTTAWA. 1986. Disponível em: <http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/ottawa.pdf> Acesso em: 08 mar. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTASTICA (2010) Disponivel em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=351220>. Acesso em: 06 jun. 2012.

LIPNACK, J. & STAMPS, J. **Networks**: Redes de Conexões. São Paulo: Aquariana, 1992.

MACHIN, D. G. **A Comunicação nas redes**. Gestão em Redes na OPAS/OMS no Brasil: conceitos, práticas e lições aprendidas. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, 2008.

MENDES, R. et al. **Apropriação de conhecimento, alianças, redes sociais, participação social e intersetorialidade como fatores de fortalecimento da sustentabilidade de ações de Promoção da Saúde**. CEPEDOC Cidades Saudáveis. Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006. Acesso em: 03 set. 2010.

Organização Pan-Americana de Saúde. GESTÃO EM REDES na OPAS/OMS Brasil. Conceitos, práticas e lições aprendidas. OPAS – Brasília, 2008.

RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor). **O que são redes?** 2008. Disponível em: http://rits.org.brm. Acesso em: 28 ago. 2010.

SPERANDIO, AMG. **Relembrando os princípios da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis**. O plano diretor: uma ferramenta para o desenvolvimento das políticas públicas de um município potencialmente saudável. SPERANDIO AMG; Malo M. (orgs.) – Campinas: Universidade de Campinas. Departamento de Medicina Preventiva; Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.

SPERANDIO AMG. **A promoção da saúde construída em Rede *In:*** Políticas Integradas em Rede e a Construção de Espaços Saudáveis: boas práticas para a Iniciativa do Rostos, Vozes e Lugares. Organização Pan-Americana da Saúde. *Org*. Sperandio, AMG; MARCHÍN DG; FORTUNATO MAB. Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. 187 p.: il.

SPERANDIO AMG; VERÍSSIMO LCG; PALÁCIOS ALO; **O processo de desenvolvimento de políticas públicas saudáveis integradas em rede**: a experiência de Maringá - PR. Ano VII [Nº 015] Abr /Jun 2011. p. 10-28

WATTS, D. Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness. New Jersey: Princeton University, 1999. In: Martelo, R. Oliveira e Silva, **A.B. Ci. Inf. Brasília**, v.33, n.3, p.41-49, set./dez.2004.

Contato

Ana Maria Girotti Sperandio

amgspera@uol.com.br